

SANEAR OU PERECER: O MOVIMENTO PELO SANEAMENTO DOS SERTÕES E DAS CIDADES BRASILEIRAS

Ricardo Schmachtenberg*

Este texto é parte integrante de minha dissertação de Mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Aborda a preocupação de sanitaristas, médicos e engenheiros com a falta de saneamento básico do interior do Brasil e da própria área urbana e que esta era a causa imediata da proliferação de doenças epidêmicas, endêmicas entre a população. É interesse mostrar também a despreocupação por parte do governo federal em buscar uma política centralizadora no que se refere às decisões relativas a saúde pública. Este trabalho tem como base à obra de Belisario Penna, *Saneamento do Brasil*, onde o autor faz considerações sobre a falta de saneamento e a propagação de agentes nocivos a população e de uma política centralizadora do governo federal. Aborda também a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil em 1918.

Engenheiros, sanitaristas, médicos e escritores brasileiros tais como Saturnino de Brito, Belisario Penna, Carlos Chagas, Monteiro Lobato identificaram que um dos problemas mais graves que afetavam as cidades brasileiras e sua população em geral ao longo da República Velha foi à falta de abastecimento de água potável e, principalmente, de uma rede de esgotos sanitários. Já dizia Monteiro Lobato que para tornar o Brasil um país civilizado e alcançar o seu ideal de ordem e progresso, necessitariam que fossem postas em prática medidas profiláticas que visassem à saúde e a educação do seu povo. Assim, “se tencionamos subsistir como povo soberano, livres do pesadelo de ignominiosa absorção, o caminho é um só: sanear o Brasil”.¹

O médico Belisário Penna foi aquele que melhor expressou seus argumentos em favor do movimento sanitarista durante o período da República Velha e estes são fundamentais para se entender como a saúde se tornou uma questão nacional nas três primeiras décadas do século XX. Na sua obra *O Saneamento do Brasil*, Belisário Penna

apresenta uma nova visão, uma relação entre doença, política e sociedade no Brasil e o papel do Governo Federal na condução de políticas de saneamento e saúde pública.²

O período republicano marca o surgimento do movimento sanitarista e de uma campanha em prol do saneamento e da profilaxia rural no Brasil. No período em questão, mudanças importantes ocorreram no cenário brasileiro, o progresso e a modernização econômica e social ocorridas no Brasil, a chegada de novos contingentes imigratórios, tanto do interior do país em direção as cidades mais importantes, como estrangeiros, aceleraram o processo de transformação das cidades brasileiras, ou seja, à medida que as cidades e sua população cresceram, os problemas de ordem higiênica começaram a surgir ou elevaram-se, como, a falta de habitações, água e principalmente saneamento.³ Segundo os especialistas no assunto, sanitaristas, médicos e engenheiros, o espaço urbano não estava aparelhado para receber este contingente populacional e em consequência disto graves problemas sociais poderiam surgir.

Para os membros do movimento, “a doença seria resultado da ausência e inoperância do Poder Público e da descentralização das políticas governamentais, quando existentes”.⁴ Ou seja, o destino da nação estava nas mãos das autoridades governamentais em providenciar medidas no combate a progressão ou proliferação destas doenças evitando com isto maiores prejuízos ou consequências à população e a economia.

Os problemas que afetavam a saúde pública e da população oportunizavam o aparecimento destas moléstias infecto-contagiosas, o que segundo Belisário Penna podia ser evidenciado pelas estatísticas estabelecidas no Distrito Federal e em 15 Estados brasileiros sobre as péssimas condições sanitárias. Segundo Belisário:

As estatísticas dos Serviços de Profilaxia Rurais estabelecidos no Distrito Federal e em 15 Estados têm evidenciado a péssima, mais que péssima, a alarmante condição patológica da nossa gente, não só urbana como rural, estragada, sobretudo pela opilação, malária, tuberculose e doenças venéreas, agravadas pelo alcoolismo e pela ignorância. Em algumas regiões, além desses elementos de

desvalorização, outros se juntam, como as úlceras fagedênicas e leishmanióticas, a lepra, a boubá, o tracoma, a trypanosomiase americana, de sorte que não trepido em afirmar que, elementos verdadeiramente ativos, não se contam mais do que 20% na totalidade da nossa gente de trabalho, e isso para ser otimista. Esta é a terra, onde mais se fala em valorização – do café, do algodão, da cana, do boi, do porco, da moeda – criando-se, no entanto, os maiores embaraços á única valorização necessária e urgente – a do homem – que acarretaria a valorização natural e espontânea de tudo mais.⁵

Para Lobato, um intelectual que ampliou a campanha sanitária proposta por Belisario Penna, principalmente no período da década de 1910 com sua obra *Problema Vital* publicada em 1918 e a obra *Urupês* publicada em 1919, denuncia a precariedade da saúde pública brasileira através da figura do Jeca Tatu, o país era um imenso hospital dirigido por bacharéis que não tinham nenhuma visão político-administrativa sobre os problemas de saúde enfrentados pela população.⁶ Segundo esse autor, a solução para o atraso e a condição de miséria vivida pela população brasileira viria através da higiene, apontando como fundamental as ações propostas por Belisario Penna, Arthur Neiva, Carlos Chagas e Saturnino de Brito.

Nas considerações de Penna também encontramos essa articulação entre saúde e progresso, como partes do mesmo processo, cabendo aos Governantes o encaminhamento de leis para assegurar esse objetivo.⁷ Ainda, segundo o médico, a população doente causava um sério prejuízo à nação, ou seja, seis milhões de brasileiros produzem apenas um terço do que deveriam produzir, entregues a doenças mórbidas e que poderiam ser evitadas se não fosse o completo abandono do poder público.⁸ E nesse momento, relacionada à noção de higiene, que surge a idéia do saneamento dos sertões e das cidades e que segundo Schwarcz “caberia aos médicos sanitários a implementação de grandes planos de atuação nos espaços públicos e privados da nação, enquanto os higienistas

seriam os responsáveis pelas pesquisas e pela atuação cotidiana no combate às epidemias e às doenças que mais afligiam as populações”.⁹

A progressiva debilitação física da população podendo provocar transtornos ou prejuízos à atividade econômica era um argumento recorrentemente utilizado como bem afirma Lobato, “deste depercimento progressivo da população deflue nosso craque econômico”. Ou seja, o crescimento econômico dependeria também de medidas higiênicas e profiláticas providenciadas pelo poder público em combater e diminuir os efeitos provocados pelas doenças e que atingiam uma parcela considerável da população brasileira.

As considerações feitas por Lobato para os problemas de saúde enfrentados pela população brasileira vêm também em decorrência dos estudos feitos por Belisário Penna, Artur Neiva quando percorreram o interior do Brasil no ano de 1912. Nesta expedição médico-científica organizada e financiada pelo Instituto Oswaldo Cruz, Penna e Neiva revelam “um país com uma população desconhecida, atrasada, doente, improdutiva e abandonada, e sem nenhuma identificação com a pátria”,¹⁰ denunciando também a situação da população brasileira, a mercê de parasitas e vermes. Belisario Penna identifica em termos numéricos a tragédia nacional, 75% ou mais da população brasileira rural e urbana era constituída por indivíduos anêmicos e que este fato não era devido ao clima, nem a raça. As causas deste estado doentio em que se encontrava a população já eram conhecidas, estudadas e somente através de medidas de ordem profiláticas, higiênicas e médicas seriam eliminadas as ações nocivas destas causas.¹¹ Causou grande repercussão entre a elite intelectual brasileira às notícias ou denúncias de que com exceção da cidade de São Paulo e uma parte do Distrito Federal, mais ou menos saneados, o restante do país era um imenso hospedeiro de vermes e parasitas.

Para Penna, o abandono das questões de saúde pelas autoridades públicas federais explicaria o fato do brasileiro ser um povo doente e improdutivo. Ainda, segundo o médico, a União deveria intervir livremente nos Estados em questões de higiene, ou seja, “o enfeixamento de todos os serviços de higiene e saúde pública nas mãos do governo federal

se impõe como único meio de obter resultados reais e proveitosos”.¹³ Seguindo esta perspectiva, “além dos Estados, os Municípios deverão concorrer para o saneamento das respectivas populações, fornecendo às comissões médicas, casa, instrumentos de trabalho, e modesta instalação hospitalar para tratamento de doentes graves e indigentes”.¹⁴

O problema da saúde pública e em especial do saneamento dependeria de uma organização e de uma política que colocasse em prática medidas profiláticas e higiênicas convincentes em prol do bem estar da população, isto é, a ação do saneamento e da saúde pública poderia representar uma redução na mortalidade da população. Argumentos estes apresentados no relatório divulgado por Belisario Penna e Arthur Neiva em 1916 depois que percorreram o interior do país e expuseram a situação da área urbana e rural e principalmente da população brasileira. Ou seja, “esse relatório foi peça fundamental para um diagnóstico, ou melhor, para uma redescoberta do Brasil, que mobilizou intelectuais e políticos, e impulsionou a campanha pelo saneamento”.¹⁵ O relatório também explicitava para a necessidade de campanhas profiláticas em relação ao abastecimento de água potável, para que esta não se transformasse em focos de doenças transmissíveis e maléficas a saúde da população.

Em sua campanha pelo saneamento e profilaxia rural, Belisario Penna juntamente com outros médicos e sanitaristas, percorreram alguns Estados brasileiros. Foram examinados muitos habitantes em diversas localidades para verificar a existência ou não de verminoses dentre estes habitantes e o resultado foi alarmante, ou seja, positivo para a grande maioria das pessoas pesquisadas. Em apenas três estados (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo) a porcentagem média de verminose nos habitantes foi inferior a 90%. O que comprova a precária situação da saúde da população brasileira a mercê de parasitas e vermes e pela “ausência e abandono por parte do governo federal, presente apenas para extrair recursos de uma população que quase não os possuía”.¹⁶

Para combater estas adversidades, foi criada em 1918 a Liga Pró-Saneamento do Brasil que segundo Hochman “pretendia alertar as elites políticas e intelectuais para a precariedade das condições sanitárias e obter apoio para uma ação pública efetiva de

saneamento no interior do país ou, como ficou consagrado, para o *saneamento dos sertões*".¹⁷ Durante seu curto período de existência, a Liga "publicou três livros de propaganda, distribuídos gratuitamente, sustentou a revista de higiene – Saúde – manteve ativa correspondência com os governos e a classe médica nos Estados, além de artigos na imprensa e nas revistas, pelos seus diretores".¹⁸

A liga também tinha a finalidade de fazer uma intensa propaganda das medidas profiláticas e higiênicas indispensáveis e inadiáveis no combate à proliferação de epidemias e endemias que dizimavam a população. Também tiveram a finalidade de coletar as estatísticas e verificar as condições sanitárias das regiões brasileiras, distribuindo gratuitamente folhetos com ensinamentos e conselhos para a prevenção e cura das doenças.¹⁹ A sua ação teve uma repercussão muito importante no meio político e intelectual brasileiro e além das finalidades descritas acima, teve como principal meta, "pressionar o Poder Legislativo no sentido de produzir uma legislação sanitária e levar a autoridade pública, em todos os níveis, a assumir mais a responsabilidade pela saúde da população".²⁰

Os governantes tinham uma missão muito importante: sanear o Brasil. Para isto, segundo Penna, seria inadiável uma completa reformulação da política brasileira e que esta saísse da sua condição de desorganização e desmoralização. Para ele,

"O problema do saneamento geral do Brasil e da sua população é mais do que higiênico e médico, mais do que regional, mais do que social e humanitário: ele é o magno problema nacional, e só começará a ter execução no dia em que a nação compreender a necessidade inadiável de sair da desorganização e da desmoralização política, em que se deixou afundar, e estabelecer as bases de uma verdadeira 'Organização Nacional'..."²¹

E para corroborar com estas preocupações de médicos e sanitaristas, no início do período republicano, somente as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Campos tinham um sistema com rede de esgotos. Ao longo da República Velha, somente 344

idades brasileiras instalaram sistemas de rede de abastecimento de água e somente 150 cidades executaram obras de rede de esgoto sanitário. Neste cenário, destas 344 cidades brasileiras com instalação de sistemas de rede de abastecimento de água apenas 6,10% ou 21 cidades eram gaúchas. Das 150 cidades brasileiras que executaram obras de rede de esgoto sanitário somente 10% ou 15 cidades eram gaúchas e possuíam serviços de esgotos cloacais.²² Ou seja, em relação ao Rio Grande do Sul das 93 cidades existentes no Estado até 1931, 21 ou 22,58% das cidades tinham serviços de abastecimento de água e 15 ou 16,1% possuíam sistemas de esgotos cloacais. É possível verificar então, a precária situação sanitária e higiênica das cidades brasileiras bem como as cidades do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 1 – Evolução do número de cidades com sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante a República Oligárquica

Ano	Cidades com rede de água	Cidades com rede de esgotos
1890	31	04*
1900	57	16
1910	186	48
1920	284	126
1930	344	150

* Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Campos.

NOTA: REZENDE. *O saneamento no Brasil*. Op. cit., p. 169

* Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Docente em História no Colégio Nossa Senhora Medianeira.

¹ LOBATO, Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. – São Paulo: Editora Brasiliense Limitada, 1946, p. 245. As obras do escritor Monteiro Lobato dividem-se em três momentos. Na década de 10, no período de 20 onde ele amplia a campanha sanitária proposta por Belisario Penna, Carlos Chagas e Osvaldo Cruz e vai culminar em um terceiro período que é na década de 40. Em 1918 Monteiro Lobato escreve sua obra *Problema Vital* e em 1919 a obra *Urupês* onde faz uma interpretação a respeito da campanha sanitária realizada no início do século XX e uma crítica a visão político-administrativa do Governo Federal para os problemas de saúde.

² HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. – São Paulo: Editora HUCITEC/ANPOCS, 1998, p. 72.

³ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim...Inventário da saúde pública. São Paulo – 1880-1930*. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, pp. 238-239.

⁴ HOCHMAN. *A era do saneamento*. Op. cit., p. 74.

⁵ PENNA. *Saneamento do Brasil*. Op. cit., p. 73.

⁶ LOBATO. *Mr. Slang e o Brasil*. Op. cit., p. 243.

⁷ PENNA. *Saneamento do Brasil*. Op. cit., p. 54.

⁸ *Ibid.*, p. 72.

⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 206.

¹⁰ HOCHMAN. *A era do saneamento*. Op. cit., p. 64

¹¹ PENNA. *Saneamento do Brasil*. Op. cit., p. 267.

¹³ *Ibid.*, p. 306.

¹⁴ *Ibid.*, p. 296

¹⁵ HOCHMAN. *A era do saneamento*. Op. cit., p. 66.

¹⁶ *Ibid.*, p. 67.

¹⁷ *Ibid.*, p. 63. (Grifos do autor).

¹⁸ PENNA. *Saneamento do Brasil*. Op. cit., p. 299.

¹⁹ Santa Cruz do Sul, Gazeta de Santa Cruz, sexta-feira, 08 de março de 1918, ano 01, nº 4, p. 01.

²⁰ HOCHMAN. *A era do saneamento*. Op. cit., p. 77.

²¹ *Ibid.*, pp. 109-110.

²² Anais do 1º Congresso Sul-Riograndense de Higiene realizado em Porto Alegre, de 20 a 26 de outubro de 1957 pela Sociedade de Higiene do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Livraria Selbach.